

# **PREFÁCIO DE JACQUES RANCIÈRE A *PREMIÈRE SÉCESSION DE LA PLÈBE*. PRIMEIRA PARTE DA FORMULE GÉNÉRALE DE L'HISTOIRE DE TOUS LES PEUPLES, APPLIQUÉE À L'HISTOIRE DU PEUPLE ROMAIN DE PIERRE-SIMON BALLANCHE**

APRESENTAÇÃO E TRADUÇÃO DE:

**NADIER SANTOS\*\***

UNIVERSITÉ PARIS 8 VINCENNES - SAINT-DENIS, FRANÇA

**JOANA MARQUES\*\*\***

UNIVERSITÉ PARIS NANTERRE - PARIS X, FRANÇA

## **APRESENTAÇÃO**

Em 1829, Pierre-Simon Ballanche publica em três etapas na *Revue de Paris* sua *Première Sécession de la plèbe*, texto que deveria integrar a jamais concluída *Formule générale de l'histoire de tous les peuples, appliquée à l'histoire du peuple romain*. Esse texto tem por objeto a secessão da plebe romana no Aventino em 494 a.C. Trata-se do relato da primeira greve geral da história: a plebe se retira da cidade e o Senado envia seus emissários para discutir. Trata-se mais especificamente de uma reinterpretação do relato que Tito Lívio faz desse evento. Jacques Rancière é o primeiro a explorar a abrangência desse texto esquecido ao fazer dele um elemento central de uma passagem decisiva de *O desentendimento* (1995). É curioso notar que após essa intervenção ainda foram necessários mais de vinte anos para que a *Première Sécession de la plèbe* finalmente ganhasse sua primeira reedição<sup>1</sup>. Trazemos aqui a tradução do prefácio que Rancière escreveu para ela.

\* Tradução recebida em 17/08/2018 e aprovada pelo Conselho Editorial em 30/11/2018.

\*\* Doutorando em Filosofia na Université Paris 8 Vincennes - Saint-Denis. Bolsista da CAPES/Programa de Doutorado Pleno no Exterior/Processo nº 99999.001461/2015-00. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5268859738210253>. E-mail: [nadiers@yahoo.com.br](mailto:nadiers@yahoo.com.br).

\*\*\* Doutoranda em Sociologia na Université Paris Nanterre - Paris X. Bolsista da CAPES/Programa de Doutorado Pleno no Exterior/Processo nº 88881.174594/2018-01. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8365681818915078>. E-mail: [joanakellymarques@yahoo.fr](mailto:joanakellymarques@yahoo.fr).

<sup>1</sup> Ballanche, Pierre-Simon, *Première Sécession de la plèbe: première partie de la Formule générale de l'histoire de tous les peuples, appliquée à l'histoire du peuple romain*, Rennes, Pontcerq, 2017.

Ballanche aborda a secessão no Aventino como se estivesse diante de um palimpsesto, sua reflexão é com efeito para ele o gesto que busca recuperar o que foi encoberto por uma escrita posterior. Em uma carta endereçada alguns anos antes à Madame Récamier ele afirma que o verdadeiro historiador é um “profeta do passado”. Para Ballanche, Tito Lívio não contemplou o antagonismo entre o princípio evolutivo e progressivo plebeu e o princípio estacionário patricio, o que o levou a interpretar a oposição plebeia tão somente como uma revolta. A secessão é contrariamente para ele símbolo do destino universal das sociedades, ela é um símbolo aplicável ao seu presente. De fato, seu relato da secessão da plebe romana vem à luz no momento em que a crise iniciada em 1789 ainda não havia tido um fim e precede de pouco a Revolução de Julho de 1830. Ballanche via na secessão uma projeção no passado dos antagonismos sociais do presente francês, ele aí percebia as mesmas resistências de um antigo modelo social ante o influxo transformador irreprimível de uma nova sociedade. Ele vai reconhecer sua fórmula, sua profecia retrospectiva, nas Três Gloriosas.

Rancière vai igualmente reconhecer nos movimentos sociais desse período as formas do conflito do relato de Ballanche. A reinterpretção da secessão dos plebeus no Aventino resume para Rancière uma cena de afirmação pela via da transgressão, a instauração de uma nova ordem. A radicalidade do texto de Ballanche surge uma vez mais no [nosso] horizonte.

## TRADUÇÃO

Foi aparentemente um estranho meteorito que as edições Pontcerq lançaram no céu do *Nuit debout* ao propor aos ocupantes da maison du peuple de Rennes de reconhecerem o sentido de seu movimento nesta *Formule générale de l'Histoire de tous les peuples* publicada em 1829 na *Revue de Paris*<sup>2</sup>. Uma “fórmula geral da história de todos os povos” datada dos tempos românticos, após cento e setenta anos de materialismo histórico marxista! Uma fórmula demonstrada a partir de um episódio arcaico da história romana no tempo da globalização e da Internet! É verdade que esse episódio arcaico diz respeito a um evento marcante na história dos movimentos populares: a grande secessão dos plebeus no Aventino que resultou na instituição dos tribunos da plebe. Mas é igualmente verdade que a demonstração mistura

---

<sup>2</sup> Cf. “Le Plébifugue de l’Aventin par Ballanche”, retomado em *Pontcerq*, nº 1, outubro de 2016. Esse panfleto, que é uma recuperação da terceira parte do texto de Ballanche, foi distribuído em Rennes em maio de 2016 no momento da ocupação da Maison du Peuple pelo movimento de luta contra a lei “Travail”.

alegremente os argumentos cristãos da queda e da redenção com as explicações da mitologia ao gosto do século XVIII e as considerações palingenésicas caras aos iluministas do tempo de Swedenborg e de Saint-Martin. Quanto a seu autor, Pierre-Simon Ballanche, quem digita seu nome no Google não fica sabendo sem aflição que esse amigo de Chateaubriand e de Madame Récamier é um pensador católico, monarquista e contrarrevolucionário, ao qual é ainda por cima creditada uma “abordagem original da Contrarrevolução”.

Não há erro, contudo, nem sobre a pessoa nem sobre a atualidade de sua “fórmula” no presente do movimento das praças e das ocupações. Ballanche certamente pertence à linhagem dos que opuseram às formulas filosóficas do direito natural, do Contrato social e dos Direitos do Homem a ideia que as fórmulas justas da comunidade humana e de seu governo deviam ser procuradas no desenvolvimento histórico das sociedades humanas. Logo após a Revolução Francesa, essa ideia foi massivamente adotada pelos contrarrevolucionários para os quais o Terror revolucionário era a consequência das abstrações fatais da filosofia das Luzes e de seu inencontrável homem natural, forjado no desprezo pelas fórmulas de sociedade e de governo demonstradas pela experiência dos séculos. Sabe-se como essa análise refloresceu entre os detratores contemporâneos do “totalitarismo” revolucionário e democrático. Mas se isso foi possível, é porque, no intervalo, a oposição entre a realidade do desenvolvimento das sociedades humanas e as abstrações filosóficas da Revolução Francesa havia sido assimilada pelo pensamento marxista. Quem não vê o que as cintilantes fórmulas do *Manifesto comunista* sobre os ideais cavaleirescos e religiosos afogados nas águas geladas do cálculo egoísta ou as análises da democracia formal e da abstração dos Direitos do Homem, dissimuladoras da realidade do poder burguês, devem à tradição que denuncia em nome do desenvolvimento histórico as abstrações da filosofia das Luzes? É preciso admitir: as oposições fáceis entre a racionalidade histórica marxista e as filosofias idealistas e retrógradas da história escondem a realidade de um entrelaçamento das tradições e das argumentações.

Dir-se-á, claro, que a referência à “história” cobre coisas bem diferentes e que a história da luta de classes não é a mesma coisa que a da providência. O argumento, contudo, logo se complica, pois se a tese segundo a qual a história é história da luta de classes tem um precursor, esse precursor seria bem mais seguramente o “místico” Ballanche que os sérios “historiadores burgueses” aos quais sua paternidade primeira é ordinariamente atribuída. A *Formule Générale* afirma-o nitidamente: essa história humana cujo estudo entrega as respostas em vão procuradas na análise do homem abstrato é a história do confronto entre dois

princípios: o princípio patricio estacionário e o princípio plebeu progressista. E o triunfo do segundo sobre o primeiro não é a obra da providência divina. Ele é ao mesmo tempo uma necessidade da evolução histórica e a obra dos próprios plebeus. É a primeira – e a mais decisiva – transgressão feita por Ballanche ao pensamento contrarrevolucionário. Esse último via na Revolução Francesa uma prova enviada à sociedade e à monarquia como preço por seus erros e integrava essa interpretação da Revolução a uma visão da história humana marcada pelo pecado original e as provas necessárias à redenção. Ballanche também parte do pecado original e de suas consequências fatais, mas a primeira dessas consequências fatais é para ele a dominação de classe, a divisão da humanidade em castas hierárquicas. A redenção se identifica então à luta para abolir essa divisão do gênero humano, para abolir o princípio patricio que, para eternizar essa divisão, a identificou a uma diferença de natureza. A história humana, a história da redenção, é a história de uma humanidade que se faz negando a divisão que a impede de ser ela mesma. É, portanto, a história da plebe, uma história cuja providência divina é simplesmente espectadora, porquanto, pelo fato mesmo do pecado original, sua criatura escapou de seu patronato.

Essa ideia de uma humanidade que se faz ela mesma se refazendo, Ballanche tomou-a de empréstimo a um autor cristão que serviu de base à história micheletista do povo e da revolução, mas ao qual Marx tampouco desdenhou de referir-se, Giambattista Vico. Ballanche conheceu tardiamente a obra de Vico, ao acaso de uma viagem napolitana. Mas ele logo percebeu a maneira como a história vichiana das instituições e dos símbolos de uma humanidade fazendo sua própria história excedia os limites da oposição contrarrevolucionária entre a sabedoria providencial do desenvolvimento regular das sociedades e a abstração filosófica e revolucionária. Ele compreendeu-a ainda melhor porque a linhagem através da qual ele conheceu a obra de Vico é a de seus discípulos revolucionários, juristas e filósofos, associados à efêmera “república partenopeia” criada em 1799 em Nápoles à sombra da ocupação francesa, como os irmãos Duni e como Francesco Mario Pagano, autor da constituição dessa república e condenado à morte pela monarquia restaurada dos Bourbons. Ballanche não se tornou por isso um admirador da Revolução de 1789. Por outro lado, ele pôde aperfeiçoar uma ideia das lições da história que vai exatamente de encontro à tradição contrarrevolucionária: o que a história ensina não é a tradição, mas seu desdobramento: a luta do princípio plebeu contra o princípio patricio e a necessária vitória do primeiro. É essa a fórmula geral cuja secessão no Aventino dá a ilustração e que o texto de Ballanche, publicado por uma revista adepta das ideias liberais, empenha-se em reativar

nesses últimos anos da Restauração nos quais a reação nobiliária gostaria de anular todas as concessões feitas pela monarquia às ideias revolucionárias. É nessa situação que ele julga necessário voltar a esse episódio significativo da história romana e esclarecer seu verdadeiro sentido: a secessão dos plebeus no Aventino não é uma revolta dos pobres, descontentes com a maneira como os ricos tratam-nos, ela é uma afirmação de plena humanidade operada por aqueles que eram considerados como seres inferiores, limitados à mera escolha entre duas formas de mutismo: a obediência silenciosa ou a revolta brutal dos instintos animais.

Ballanche inverte assim a leitura tradicional dessa secessão. Tito Lívio a descrevia como uma revolta, uma insurreição do povo e dos instintos de baixo que se desvanecia por si mesma quando o apólogo de Menênio Agripa vinha lembrar aos plebeus a evidência da ordem das coisas: os braços plebeus não são nada se separados do princípio vital patrício que faz deles apenas os órgãos de um corpo coletivo. A contranarrativa de Ballanche não se limita a lembrar que a classe que incarna o coração e a cabeça tem ela mesma necessidade dos braços plebeus para lhe servir, na paz como na guerra. Ela trata da “evidência” mesma do apólogo, da evidência dessa ordem do visível e do pensável que separa e hierarquiza duas categorias de humanos para rechaçar uma delas para as margens da humanidade. Essa separação não diz somente que há ricos e pobres, proprietários e proletários. A propriedade não é somente um fato. Ela é um direito que resume todos os direitos. Ela é o âmago de toda uma ordem simbólica que separa dois tipos de seres: há aqueles que possuem um nome e um passado, herdados de seus pais e transmitidos a seus filhos, e aqueles que não possuem nome transmissível, que vivem somente como indivíduos sem nome e sem família, sem vontade separada da vontade do patrão do qual dependem, sem parte na palavra que exprime a vontade e que recebe e transmite a doutrina. A condição dos plebeus é a expressão mesma de sua natureza, a natureza de seres inferiores que possuem apenas os braços, sem cabeça para pensar, sem coração para querer. Essa partilha das naturezas não se dá como uma afirmação teórica, mas como uma evidência sensível. Os senadores confrontados com a secessão são mais ou menos benevolentes ou intransigentes, mas todos partilham a mesma constatação: a diferença das espécies é uma realidade sensível na qual ninguém pode mudar nada. O mais violento di-lo cruamente a seus colegas: não se pode tratar com pessoas que não falam. Ora, basta ter ouvidos para constatar que os plebeus não falam: eles possuem uma espécie de “mugido” que é sinal da necessidade e não manifestação da inteligência. E mesmo o mais benevolente dos patrões, aquele que trata bem seus “clientes” e que se deu ao trabalho de vir ao Aventino falar aos seres sem nome, deve lembrar-lhes a incontornável realidade de

sua condição: “Vossa infelicidade é não ser. E essa infelicidade é inelutável”. A secessão plebeia é primeiramente a subversão desse sistema de aparências. Mas ela subverte ao mesmo tempo a lógica que sempre opõe a superfície das aparências à realidade que está abaixo. É aqui que o robusto idealismo daquele que faz da luta de classes uma batalha de princípios vem devolver o argumento dos que insistem que a enraizemos em seu verdadeiro solo, o das relações de produção e do conflito econômico. Para que grupos sociais se enfrentem pela defesa de seus interesses, é primeiramente necessário que a cena desse enfrentamento exista, que os sujeitos em luta tenham uma existência perceptível e nomeável, que sua palavra seja ouvida como palavra, que seja pensável uma norma da qual eles possam prevalecer-se. A luta de classes é em primeiro lugar a luta para construir essa cena e fazer reconhecê-la. O argumento dos patrícios é que ela não existe, não deve e não pode existir. Não pode mesmo haver conflito entre os que possuem um nome e uma história e os que não os possuem, entre os que falam e os que não falam, os que são visíveis e os que não o são. Não pode haver norma em nome da qual os segundos tenham a possibilidade de julgar os primeiros, direito em nome do qual eles julguem os fatos da dominação. Eles não podem esperar nada além da benevolência e das promessas dos patrões.

Para que os plebeus possam lutar é inicialmente necessário que eles existam, que eles tenham nomes, uma palavra, uma história. É preciso que exista a cena na qual tudo isso existe, a cena onde existe o que é impossível. Nenhuma argumentação jamais demonstrará a possibilidade do que “não pode” ser. A única maneira de mostrá-lo possível é mostrá-lo real. O possível se prova pela construção material e simbólica de um lugar e de uma série de atos e de palavras que fazem desse lugar a cena de manifestação do “impossível”. Essa tarefa só pode ser a obra dos invisíveis e dos sem-nome, o ato pelo qual os que “não existem” demonstram sua existência. Assim fazem os plebeus que se dão líderes, ainda que eles sejam “sem vontade” e “deem” nomes a esses líderes apesar de serem sem nome, se dão uma tradição e se afirmam possuidores de uma palavra que é o sinal da inteligência quando “visivelmente” eles não falam. Essa série de atos pelos quais eles inscrevem “um nome no céu” é de fato a violência mais extrema em relação à dominação, a violência que faz desmoronar o mundo sensível no qual ela se identificava à ordem das coisas, um mundo sensível onde havia duas maneiras radicalmente heterogêneas de possuir sentidos e de fazer uso deles: a dos homens e a dos brutos. Essa violência tem um nome, ela chama-se emancipação. E a emancipação só pode ser a autoemancipação, o ato pelo qual os “mortais” se fazem homens, pelo qual os que possuem ouvidos se afirmam capazes de compreender

um pensamento, os que possuem olhos se declaram capazes de ver um símbolo, e, finalmente, os que se servem da boca para fazer palavras e frases concluem que são aptos a comprometer sua palavra e a firmar um tratado. É nesse ponto que o pensador “idealista” testemunha uma radicalidade que o materialismo marxista não poderá integrar: a emancipação não é o produto da luta, ela é a condição desta. Ela não resulta da necessidade histórica do desenvolvimento das forças produtivas. Ela é o ato inaudito que faz advir o impossível.

É por isso que esse texto escrito por um pensador solitário, radicalmente ignorado pelas devotadas histórias das teorias sociais e do movimento operário, entrou em imediata ressonância com o que mais profundamente estaria em questão nos pensamentos e nas práticas da emancipação operária e popular. Quem lê esse texto de 1829 após ter estudado os textos operários dos anos 1830 e 1840 só pode ficar alucinado: é como se os senadores e os plebeus romanos imaginados por Ballanche tivessem antecipadamente resumido todos os pontos sensíveis da querela, todos os argumentos da ordem, todas as expressões do protesto e da autoafirmação dos proletários, como se eles tivessem escrito o próprio texto do qual todos os discursos efetivos dos guardiões da ordem e dos homens do povo emancipados não fariam que variar as formulações. Escutemos o velho que preside o Senado indignar-se com a ideia mesmo de “dar leis à promiscuidade plebeia” como se esses “mudos do mutismo civil” pudessem ter “outra palavra além da palavra de seus patrões”. Quem não ouvirá ressoar aqui o longo protesto operário contra este artigo 1781 do Código Civil Napoleônico que fechava a porta a qualquer conflito salarial ao afirmar que “o patrão é atestado por sua afirmação para o montante das remunerações acordadas, para o pagamento do salário do ano anterior e para os adiantamentos dados para o ano corrente”? Não depende de nós, dizem os senadores romanos, “que os plebeus sejam homens quando eles são apenas mortais”. Ao querer-se impor regras de direito à “benevolência” dos patrões para com seus clientes, criaria-se a luta sem fim do direito e do fato. “O laço social acabaria por romper-se. Nós entraríamos inevitavelmente na anarquia”. É ainda o que diz em 1833 o procurador Persil para condenar ao mesmo tempo os operários que gostariam de submeter os salários e as condições do trabalho a convenções e os oradores populares que fornecem argumentos à sua pretensão: “Tudo o que a justiça fez contra a licença da imprensa e contra as associações políticas seria perdido se se pudesse expor todos os dias a operários sua posição comparada àquela de uma classe de homens mais elevada da sociedade, repetindo-lhes que eles são

homens iguais e que têm direito aos mesmos usufrutos<sup>3</sup>”. A isso os operários da Monarquia de Julho responderão como os plebeus de Ballanche, não somente opondo a justiça do direito à “benevolência” ou à “caridade” de cima mas também subordinando essa exigência a uma demonstração prévia de participação de um mesmo mundo: eles podem falar publicamente e fixar regras com seus patrões porque eles não possuem somente “direito aos mesmos usufrutos” mas a capacidade sensível efetiva desses usufrutos e uma capacidade que, uma vez descoberta, não lhes permite mais encerrar suas vidas na obscuridade animal. Assim falam os plebeus de Ballanche: “Não temos olhos para ver e ouvidos para ouvir? Olhos para ver um símbolo? Ouvidos para ouvir uma doutrina? (...) nós também sabemos gozar da doce claridade do dia (...) Apenas viver, viver sua pobre vida como o animal estúpido! Não! Não!”. A injustiça de ser encerrado no lugar obscuro do trabalho e da relegação quando se sabe apreciar a “doce claridade do dia”, essa afirmação atravessa a história da emancipação operária. É de modo solene que um “Apelo aos trabalhadores” dos tempos da Revolução de 1848 proclama a emergência dos que estavam condenados às trevas: “Cidadãos, irmãos e companheiros, demasiado tempo vivemos no esquecimento, demasiado tempo o segredo envolveu nossas associações corporativas, demasiado tempo nossos pensamentos permaneceram ignorados, nossos sentimentos desconhecidos, nossas queixas sem eco. Desde a origem dos séculos, nossas gerações passam e se sucedem sem deixar outros rastros além dos monumentos saídos de nossas mãos laboriosas (...) Em vão submetemos os elementos, multiplicamos as descobertas, acumulamos os prodígios para o bem-estar e a glória da sociedade humana, o mundo não nos conhece. Ele recolheu o fruto de nossos esforços, expandiu-se por nosso concurso, iluminou-se ao nosso contato, nutriu-se de toda nossa vida; e ele não quis nos conhecer e deixou realizar-se sem alarde, em nossos flancos lacerados, o mistério doloroso da produção!<sup>4</sup>”. Mas não é mais uma privação e sim uma capacidade positiva de fruição que Baudelaire vê afirmada no “Canto dos operários” de Pierre Dupont: “Nós nos regozijaríamos à luz do sol / E sob os ramos verdes dos carvalhos”, dois versos nos quais o poeta reconhece um “rasgo de gênio” assim traduzido por ele: “*Nós também compreendemos a beleza dos palácios e dos parques! Nós também conhecemos a arte de ser felizes!*”<sup>5</sup>. Mas já era essa fruição que manifestava *de facto* em 1832 certa carta do marceneiro Gauny a

<sup>3</sup> Requisitório do Procurador Persil no processo do pregoeiro público Delente, citado por Grignon, *Réflexions d'un ouvrier tailleur...*, Paris, 1833, in A. Faure e J. Rancière (ed.), *La Parole ouvrière, 1830-1851*, La Fabrique, 2007, p. 343.

<sup>4</sup> “Appel aux travailleurs”, publicado em *La Presse*, 27 de maio de 1851, citado por Rémi Gossez, *Les Ouvriers de Paris*, La Roche-sur-Yon, 1967, p. 357.

<sup>5</sup> Baudelaire, “Pierre Dupont”, in *L'Art romantique*, in *Œuvres*, Bibliothèque de la Pléiade, 1942, t. 2, p. 544.

seu amigo ladrilhador Bergier ao contar um passeio campestre no qual todas as capacidades efetivamente possuídas pelos homens sem nome encontravam-se simultaneamente manifestadas: a capacidade de desfrutar do “jovem delírio” do vento nas folhas ou da brancura de uma sebe de espinheiro após a chuva, da palavra trocada entre amigos sob a forma de confidências íntimas, efusões byronianas ou controvérsias metafísicas, ou da palavra exaltada em turbilhão pelos três amigos para comunicar a fé saint-simoniana a um jardineiro, a um tanoeiro e a um açougueiro encontrados à mesa de uma estalagem<sup>6</sup>. O que acontece no encontro dessas poucas individualidades proletárias, que discutem na “doce palidez” de um entardecer de maio de 1832, procede do mesmo “turbilhão” no centro do qual, em 1829, o pensador solitário convidava seus leitores a constatar o advento de um povo: “o nascimento do homem social, que é o homem solidário, simpático, responsável” manifestando-se “subitamente com suas faculdades”. Entre esses dois dias houve evidentemente os três dias de julho de 1830 nos quais os operários saíram armados às ruas para defender a liberdade de expressão escrita e para afirmar no mesmo movimento a existência de um povo “solidário, simpático e responsável”, em tudo oposto às hordas bárbaras e sanguinárias, acampadas nos subúrbios da civilização, das quais os homens de dinheiro e de poder fazem circular o fantasma.

Uma carta de Ballanche registra o encontro ao contar um evento singular que atinge, nessa mesma época, o curso regular de sua existência. Em um sábado de agosto de 1832, seu amigo Charles Nodier conduziu-o a um lugar desconhecido consagrado à uma atividade imprevista: uma oficina onde o patrão de uma empresa de gravura chamado Fugère reunia regularmente seus operários, a semana terminada e as ferramentas em ordem, para discutir com eles questões sociais em geral e nomeadamente dos sistemas de Saint-Simon e de Fourier. Chamado a expor seu próprio sistema histórico, o conferencista improvisado se sentiu perfeitamente compreendido por seus ouvintes ao tomar conhecimento da conclusão deles: estamos hoje na França no século V de Roma, na era, portanto, da emancipação plebeia. E ele mesmo compreendeu, pela conversa que se seguiu, que o espírito desses operários era bem daquele tempo, que ele havia “entrado na esfera mais geral”, aquela das inteligências que se ocupam da aplicação de uma fórmula não a estes ou àqueles interesses particulares, mas ao “conjunto dos destinos humanos<sup>7</sup>”.

<sup>6</sup> Carta de Gauny a Bergier, maio de 1832, in Louis-Gabriel Gauny, *Le Philosophe plébéien*, Presses de l'Université de Vincennes, Paris, 1983, p. 151-154.

<sup>7</sup> Carta de Ballanche à Madame Récamier, 1º de setembro de 1832, in *Lettres de Ballanche à Madame Récamier*, publicadas por Agnès Kettler, Paris, H. Champion, 1996, p. 591.

Tudo está dito aí. Pouco importa que a história social, em sua busca pelos “precursores” e pelas “influências” tenha esquecido o nome de Ballanche. O fato é que suas fórmulas entram em ressonância imediata com os pensamentos e as preocupações desses homens emancipados que são, de acordo com a fórmula de Joseph Jacotot, homens “conscientes do que são e do que fazem na ordem social”. Nesse mesmo mês de agosto de 1832, em Lyon, *L'Écho de la Fabrique*, o órgão desses operários da seda que se revoltaram alguns meses antes, lança um concurso para fazer mudar o nome desses últimos, esta alcunha ridícula de “canuts” com a qual os revestiram. Eles querem ser nomeados por um nome que exprima a dignidade de seu trabalho e de sua relação com o mundo. Ballanche não é designado como inspirador da proposta. Mas como ignorar a ligação entre essa questão de nome aparentemente tão afastada das preocupações materiais dos militantes de Lyon e o relato de Ballanche sobre os seres sem nome que se fazem povo dando-se representantes que se dão eles mesmos novos nomes? A força singular do relato de Ballanche é ter designado exatamente os pontos sensíveis, as pequenas coisas aparentemente frívolas sobre as quais se decide a aceitação ou a rejeição de uma condição: questões de nomes e de frases, de olhares e de gestos. Ainda na mesma época, os operários alfaiates de Paris exigem que os patrões tirem o chapéu ao entrar na oficina e que os deixem aí ler os jornais. O solitário havia-o compreendido sozinho entre as pessoas de seu mundo: essas “pequenas coisas” não são as ninharias às quais se opõe a consciência dos grandes interesses sociais. Elas são o que define o pertencimento ou o não pertencimento a um mundo comum e a natureza desse mundo comum. Era aparentemente necessário esse desvio por uma antiguidade romana reinventada para encontrar o âmago da experiência dos homens do povo de 1830. Era necessária essa radical inaturalidade para encontrar a inaturalidade que está no cerne de toda recusa da ordem “natural” das coisas que é a ordem natural da dominação.

Tem-se aí a resposta à questão inicial: se as páginas desta inatural *Formule générale* surgiam oportunamente no contexto do *Nuit debout* é porque um tal movimento é ele mesmo de uma inaturalidade que faz ecoar a tentativa dos operários que, no tempo de Ballanche, procuravam subverter o ciclo normal dos dias e das noites. O que é normal à noite é estar deitado, e “estar deitado” se diz, como se sabe, em sentido próprio e figurado. A recusa da ordem normal das coisas é, por princípio, inatural. E ela só pode nutrir-se de pensamentos inatuais. Seguramente esta *Formule générale* será de uma utilidade nula para aqueles que procuram ler as possibilidades do futuro na análise das últimas transformações tecnológicas ou das últimas crises financeiras. Só se conquista o futuro como ruptura do atual. Mas há

uma história dessas rupturas, uma história do inatural. Os encadeamentos normais da causa e do efeito, do passado e do presente aí não funcionam mais. Mas as experiências aí se nutrem umas às outras e tecem, na distância que lhes é própria, um outro território do possível. No seio dessa história, a cena do Aventino reinventada por um solitário dos tempos revolucionários comunica-se diretamente com o presente daquelas e daqueles que decidiram juntos subverter uma vez mais a ordem dos tempos.

Jacques Rancière  
Setembro de 2016

---

Universidade Católica de Petrópolis  
Centro de Teologia e Humanidades  
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis  
Tel: (24) 2244-4000  
[synesis@ucp.br](mailto:synesis@ucp.br)  
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



SANTOS, Nadier; MARQUES, Joana. Prefácio de Jacques Rancière a *Première Sécession de la plèbe*. Primeira parte da *Formule générale de l'histoire de tous les peuples, appliquée à l'histoire du peuple romain* de Pierre-Simon Ballanche. **Synesis**, v. 10, n. 2, 2018. ISSN 1984-6754. Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/1572>

---